



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000259-54.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES

JUIZ TITULAR: Dr. Leandro Cunha Bernardes da Silveira

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

2ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES**, em atendimento aos termos da Portaria n. 11/2022 e do Edital n. 052/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 22/08/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Leandro Cunha Bernardes da Silveira	Titular	nº 512/2021 - 16/12/2021

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 13/12/2022)

Registra-se que o referido Magistrado responde, também, pela 1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra, bem como pela Diretoria do Foro.


Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Danilo Oliveira Araújo	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 2404/13 - 12/08/2013
Enocy Zeferino de Souza	Analista Judiciário - 01 - QS - Comissário de Justiça da Infância e Juventude	-
Rita de Cássia Guanandy Kister	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	-
Rosana Marrani do Nascimento	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 13/12/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **03 (três) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária**, bem como **02 (dois) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária – Comissário da Infância e Juventude** para a 2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Contudo, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 03 (três) servidores e a lotação paradigma é de 05 (cinco) servidores, vejamos:

 TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de julho de 2022										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	I - VARA 2	2ª VARA	ES	CONCEIÇÃO DA	5	3	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 13/12/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	637	53
Janeiro a dezembro de 2021	913	76

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 13/12/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	3.809
2021	3.976

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 13/12/2022)

Acervo atual

	Dezembro 2022
Total	4.022
Suspensos ou sobrestado	307
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	3.715

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	383	686
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	164	249
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	1	2

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	129	135
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	13	55

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	22	22
Processos sem assunto	33	33

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	1.036	1.011

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	223	245

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	72	42

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	240	126

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	28	164

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 13/12/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
192,8%	Meta cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
69,2%	Meta não cumprida

Meta 4 CNJ/2021 (Improbidade Administrativa)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
87,9%	Meta não cumprida

Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
151,5%	Meta cumprida

Meta 8 CNJ/2021 (Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
FEMINICÍDIO: 200% VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: 93,9%	Meta cumprida Meta não cumprida

Meta 12 CNJ/2021 (Foco: Ações Ambientais)

Identificar e: Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
166,7%	Meta cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 24/08/2022, revelou a existência

de **383 (trezentos e oitenta e três)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo o registro de **165 (cento e sessenta e cinco)** processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 13/12/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve considerável aumento, totalizando **686 (seiscentos e oitenta e seis)** processos e, destes, **251 (duzentos e cinquenta e um)** processos estão conclusos há mais de 100 (cem) dias.

À vista do exposto, considerando os indicadores apresentados, deve o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao **enfrentamento dos processos com retardo de análise**, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes.

No que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **135 (cento e trinta e cinco)** audiências atualmente designadas, **55 (cinquenta e cinco)** encontram-se acima do prazo regulamentar, algumas já provisionadas para o mês de **setembro de 2023**.

Em suas informações, o MM Juiz, registrou que muitas audiências encontram-se com pauta para 2023 devido à insuficiência de dias vagos para agendamento, mesmo realizando audiências todos os dias da semana. Salientou, ainda, que determinou a realização de audiências também às segundas-feiras e reservou as sextas-feiras para designação de audiências que exijam urgência ou outras situações excepcionais.

Não obstante as providências já adotadas pelo MM. Juiz, mostra-se necessário que o Juízo fixe como meta o prazo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade, visando atender às orientações do Conselho Nacional de Justiça.

Com relação às pendências detectadas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA pela equipe da CEJA, verificou-se que, das 11 (onze) pendências elencadas inicialmente no documento id. 1881985, **5 (cinco)** permanecem no sistema (id. 2305320).

A equipe da CEJA destacou, ainda, o caso da criança Kaua Vicente Almeida, cujo processo de destituição do poder familiar, no SNA, foi distribuído em 21/06/2011 e ainda está sem conclusão no sistema.

Desse modo, deve o Juízo adotar, com urgência, as medidas necessárias visando solucionar tais pendências.

Por fim, observa-se que as Metas 2, 4 e 8CNJ no ano de 2021 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correção, não foi possível verificar uma melhora significativa nos indicadores, bem como, em alguns itens, houve piora quanto às pendências inicialmente destacadas.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, o quantitativo de **1.036 (mil e trinta e seis)** reduziu para **1.011 (cento e trinta e seis)** feitos. Uma redução de apenas 25 (vinte e cinco) processos.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Ademais, analisado a listagem atualizada, verifica-se que muitos processos permanecem sem a devida movimentação desde o ano de 2007, tendo em vista tratarem-se de Inquéritos Policiais e procedimentos que foram remetidos em carga ao Ministério Público e Delegacias de Polícia, não

sendo efetivadas as diligências para cobrança de autos.

Vale registrar, neste ponto, a publicação do Provimento nº 55/2021 que incluiu o art. 259-A no Código de Normas, o qual estabelece as providências a serem adotadas pelo Juízo em caso de possuir Inquéritos Policiais em carga há mais de 06 (seis) meses.

Assim, deve a secretaria adotar, com urgência, as medidas previstas no art. 259-A do Código de Normas Judicial.

Com relação às petições **pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias** no sistema, na primeira análise foram identificadas 223 (duzentas e vinte e três) petições, tendo o quantitativo aumentado para **245 (duzentos e quarenta e cinco)** na segunda apuração dos dados, devendo a secretaria providenciar a regularização de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, analisando a listagem atualizada, verifica-se que constam atualmente **126 (cento e vinte e seis) feitos** nesta situação. Assim, deve a secretaria providenciar a cobrança dos referidos feitos, bem como manter o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça há mais de 30 (trinta) dias, compulsando a listagem atualizada, extraída em 13/12/2022, infere-se que **168 (cento e sessenta e oito) mandados** permanecem sem devolução, sendo que muitos já contam com mais de 100 (cem) dias de distribuição.

Desse modo, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

Por fim, no relatório de processos sem migração de classe e sem classificação de assunto, foi observado constam **22 (vinte e dois)** e **33 (trinta e três)** processos, respectivamente, na referida situação.

Em suas informações, o MM. Juiz registrou que faltam ferramentas específicas no Ejud para identificá-los e assim que forem identificados em cartório serão imediatamente atualizados.

Vale registrar, contudo, que o sistema de correição extrai listagem com a relação dos processos que apresentam inconsistências e a referida relação encontra-se juntada aos autos da presente Correição, conforme id. 1882863, fls. 111/112 e id. 2297960, fls. 128/129.

Assim, deve a unidade observar o disposto no art. 413, II, "b" do Código de Normas Judicial (Tomo I), retificando a classe processual e a classificação dos assuntos pertinentes à demanda.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas ao gabinete e cartório; <u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho,

	fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Processos conclusos há mais de 100 dias	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;</p> <p><u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.</p>
Metas Nacionais CNJ	<u>Monitore</u> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.
Audiências Designadas	<u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.
Sistema SNA	<u>Regularize</u> , com urgência, as pendências detectadas no sistema SNA, a rigor das informações atualizadas prestadas pela <i>Comissão Estadual Judiciária de Adoção</i> .

8.2. Ao Chefe de Secretaria Substituto

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais;
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas;
	<u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo

Processos em carga externa	<p>excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p> <p><u>Adote</u> as medidas previstas no art. 259-A no Código de Normas, com relação aos Inquéritos Policiais em carga ao Ministério Público ou Delegacias de Polícia há mais de 06 (seis) meses.;</p>
Cartas Precatórias	<p><u>Observe</u>, no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto no inciso XXII, art. 439 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u>; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p> <p><u>Estabeleça</u> rotina de cobrança de devolução das Cartas Precatórias remetidas a outros juízos, cujo cumprimento extrapolar o prazo declarado, na forma do artigo 325 e seguintes do Código de Normas Judicial;</p>
Taxonomia CNJ	<p><u>Regularize</u> os processos do acervo da Secretaria que se encontram com incorreção no cadastramento dos assuntos processuais, solicitando auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação no que necessário, em cumprimento ao disposto no art. 413, II, "b" do Código de Normas Judicial (Tomo I);</p> <p><u>Monitore</u> a correta alimentação do sistema informatizado, visando prevenir a existência de dados desatualizados e/ou equivocados, o que gera prejuízos no exame da situação processual da unidade judiciária.</p>

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas

Impedimento	nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Chefe de Secretaria Substituto

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Processos aptos à conclusão	<u>Não retenha</u> os processos conclusos para análise do Magistrado em cartório; promova a fiscalização periódica dos autos para identificar aqueles que já estejam aptos à conclusão, em observância ao disposto no artigo 418 do Código de Normas e do artigo 228 do CPC;
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra** necessita se adequar aos padrões delineados

no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas determinações ao Chefe de Secretaria Substituto para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular, por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, fixe como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade, regularize as pendências verificadas no sistema SNA, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 13 de dezembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 16/12/2022, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1422568** e o código CRC **850FB24B**.